

AS CONDIÇÕES DE MORADIA, O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM SERGIPE E AS INTERFACES COM A POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA¹

HOUSING CONDITIONS, SATISFACTION'S LEVEL OF FAMILIES SETTLED IN SERGIPE AND INTERFACES WITH THE NATIONAL AGRARIAN REFORM

Júnia Marise Matos de Sousa²

Daniela do Carmo de Lara³

Íris Ferreira de Souza⁴

1. RESUMO

A realidade agrária de Sergipe, marcada pela concentração histórica de terras e pela luta dos movimentos sociais no campo, é aqui analisada com o intuito de verificar as condições atuais de moradia e do microambiente familiar das famílias assentadas em Sergipe, bem como as suas implicações sobre a qualidade de vida. A proposta metodológica combinou técnicas e instrumentos quantitativos e qualitativos, de forma a obter dados que pudessem retratar essa realidade na concepção dos envolvidos e, ao mesmo tempo, permitir inferências sobre a política pública de reforma agrária. Numa análise crítica do quadro observado, pode-se inferir que os domicílios possuem parcialmente boas condições de habitação. Estruturalmente, apresentam segurança e conforto, cobertura de energia elétrica e abastecimento de água, porém os índices relacionados à coleta de lixo e saneamento básico são baixos, os quais precisam ser melhorados em nível nacional, não constituindo somente um problema dos assentamentos. Nesse contexto e diante dos resultados, considera-se que a reforma agrária enquanto Política Pública, apesar de não ter como objetivo específico a questão da moradia, apresenta interface positiva nesse aspecto, uma vez que, através do crédito

¹ Trabalho extraído da tese de doutorado “Do acampamento ao assentamento: Um estudo da reforma agrária e a qualidade de vida em Sergipe”, realizado na Universidade Federal de Sergipe - UFS.

² Professora Adjunta, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa - UFV. Pós Doutora em “Família, Redes Sociais, Reforma Agrária e Qualidade de Vida”. junia.sousa@ufv.br.

³ Graduada em Economista Doméstica, Universidade Federal de Viçosa - UFV

⁴ Mestre em Economista Doméstica, Universidade Federal de Viçosa - UFV

específico para a construção das moradias, proporciona às famílias condições que atendem às suas necessidades, tendo em vista o nível de satisfação apresentado.

Palavras-chave: Política Nacional de Reforma Agrária. Assentamentos. Moradia.

2. ABSTRACT

The reality of Sergipe land, marked by the concentration of land and the historic struggle of social movements in the field, is analyzed here in order to check the current conditions of housing and the microenvironment of the family settled families in Sergipe, and their implications the quality of life. The proposed methodology combines techniques and quantitative and qualitative tools in order to obtain data that could portray the reality of those involved in the design and at the same time, allow inferences about the public policy of agrarian reform. In a review of the findings, we can infer that households have partially good living conditions, households have structurally safety and comfort, coverage of electricity and water supply, however, the indices related to garbage collection and sanitation are low, however these rates need to be improved at national level and are not merely a problem of settlements. In this context and considering the results presented, it is considered that the land reform as a public policy, though not aimed specifically at the housing, an interface has this positive aspect, since, through the Credit for the construction of specific housing provides families the conditions that meet their needs, given the level of satisfaction shown.

Keywords: National Policy on Land Reform. Settlements. Housing.

3. INTRODUÇÃO

No discurso, a Política Nacional de Reforma Agrária tem por objetivo proporcionar a milhares de brasileiros melhores condições de vida a partir da posse da terra e das condições necessárias para a sobrevivência e reprodução desses grupos familiares. Na prática, nem sempre isso se concretiza, uma vez que as condições para a produção e reprodução são adversas, a exemplo da assistência técnica ineficiente. Entretanto, não se pode desconsiderar que, comparado à vida anterior aos

assentamentos, normalmente na luta pela terra em acampamentos de reforma agrária, sem condições mínimas de qualidade de vida, essas famílias consideram melhoria em sua qualidade de vida. E a moradia é um desses aspectos, sobre os quais as famílias assentadas se reportam como grande benefício advindo da reforma agrária, haja vista que há um crédito específico para que elas possam construir as suas moradias.

Nesse sentido, torna-se objeto de investigação deste artigo a análise das condições de moradia e do microambiente familiar das famílias assentadas em Sergipe, a partir da caracterização de suas condições atuais, bem como do nível de satisfação por elas apresentado. Dessa forma, espera-se compreender a interface dessas condições verificadas sobre a moradia com a Política de Reforma Agrária. Tal objetivo foi desdobrado em outros, quais sejam:

- Apresentar um breve panorama da Política Nacional de Reforma Agrária e sua territorialização no Estado de Sergipe.
- Caracterizar as condições de moradia e do microambiente familiar das famílias assentadas em Sergipe.
- Identificar o nível de satisfação com as condições atuais de moradia dessas famílias.

Assim, é importante conhecer o nível de satisfação das famílias com as condições atuais de moradia no que se refere à qualidade de vida dos assentamentos, uma vez que ainda não foram realizados estudos desta natureza no Estado de Sergipe, cuja metodologia poderá, futuramente, servir de modelo a ser replicado em outros estudos nas demais regiões do Brasil.

4. OS CAMINHOS DA PESQUISA

4.1. Local de estudo

A pesquisa em questão foi realizada no Estado de Sergipe, mais especificamente nos Projetos de Assentamentos sergipanos, implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de forma a obter uma visão global da realidade agrária de Sergipe, a partir do contexto da qualidade de vida.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe (INCRA/SE), até o ano de 2008, foram assentadas 8.042 famílias, em 160 assentamentos localizados nas três mesorregiões: Leste, Agreste e Sertão. Ressalta-se ainda que, apesar de estarem numa mesma realidade geográfica, os assentamentos trazem em si a diversidade. Para captá-la, optou-se por selecionar alguns desses assentamentos com base nas suas características relacionadas à sua história de luta pela terra, número de famílias assentadas e movimento social envolvido. Ou seja, buscou-se a diversidade das moradias com relação às regiões em que se localizam.

4.2. População e amostra selecionada para a pesquisa

Considerou-se relevante a seleção de amostras probabilísticas das famílias a serem entrevistadas, bem como a caracterização da sua realidade. Desse modo, optou-se, metodologicamente, por selecionar amostras das famílias assentadas com base em critérios estatísticos e por assentamentos em diferentes regiões, de forma a identificar as diferenças e semelhanças dessa realidade.

Para o cálculo da amostra de famílias, fez-se uso da metodologia sugerida por Gil (2008) ⁵. Assim, de acordo com procedimentos sugeridos por esse autor, identificaram-se as seguintes amostras por assentamentos (Tabela 1).

$$^5 n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

em que n = tamanho da amostra (o que se deseja saber); σ^2 = nível de confiança escolhido (2), expresso em n° de desvios-padrão; p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica (95%); q = porcentagem complementar (100 – p); e = erro máximo permitido (5%); e N = tamanho da população.

Tabela 1 - Projetos de Assentamentos (PAs) selecionados para o estudo. Sergipe, 2007

Região	Projeto de Assentamento (PA)	Município	Número de Famílias no PA	Amostra
Agreste	Caípe	Nossa S. da Glória	20	15
	Paraíso do São Pedro	São M. do Aleixo	70	30
	José Gomes da Silva	Lagarto	40	23
Subtotal			130	68
Leste	Roseli Nunes	Estância	30	20
	13 de Maio	Japarutuba	41	24
	Dorcelina Folador	Itaporanga	51	27
Subtotal			122	71
Sertão	Cuyabá	Canindé do São Francisco	200	42
	Pioneira	Poço Redondo	21	16
	José Ribamar	Nossa Senhora da Glória	32	21
Subtotal			253	79
TOTAL			505	218

Fonte: INCRA/SIPRA, 2007, organizado por SOUSA, 2009.

4.3. Procedimentos metodológicos

Para a coleta de dados, que ocorreu no ano de 2008, foi utilizado o método Survey. Essa ferramenta é capaz de proporcionar o conhecimento da realidade pesquisada, apesar de não trabalhar em profundidade todos os aspectos relevantes da pesquisa (GIL, 2008).

Para realizar a caracterização das condições de moradia e do microambiente familiar, consideraram-se questões orientadas para a moradia, tendo como orientação as seguintes variáveis: tipo de construção (parede, telhado e número de cômodos), tamanho da construção, tamanho do lote, acesso a energia elétrica e água, destinação dos dejetos e do lixo e o nível de satisfação com a moradia. Os questionários foram submetidos à tabulação e análise estatística descritiva, sendo os resultados apresentados a partir de percentuais e médias e organizados em tabelas para melhor visualização.

Para a identificação do nível de satisfação com as condições de moradia, fez-se uso de um roteiro estruturado, adequado à utilização do método Survey, contemplando questões direcionadas para a análise da satisfação a partir do uso da Escala de Likert⁶. Os entrevistados consideraram o nível de satisfação com a moradia a partir da opção por algum dos indicadores de Likert, conforme a seguir:

1. Muito Insatisfeito.
2. Insatisfeito.
3. Satisfeito.
4. Muito Satisfeito.

Para fins de forçar o entrevistado a se posicionar sobre a lide e exarar uma resposta positiva ou negativa, excluiu-se opção “Neutro ou Indiferente”. Para a análise dos dados relacionados à Escala de Likert, fez-se uma análise de dominância em cada item da escala, ou seja, através do percentual, observando se os entrevistados de determinada região estavam Muito Satisfeitos, Satisfeitos, Insatisfeitos ou Muito Insatisfeitos com a moradia.

Os resultados sobre a caracterização das condições de moradia e o respectivo nível de satisfação por parte das famílias foram articulados de forma a permitir uma análise da interface desses aspectos com a Política Nacional de Reforma Agrária.

5. A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA EM SERGIPE: BREVE HISTÓRICO E PANORAMA

⁶ A Escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada comumente em questionários, como também em pesquisas de opinião. Os entrevistados, ao serem questionados, apresentaram seu nível de concordância/satisfação ou discordância/insatisfação com respeito às diversas questões da pesquisa, sendo essa escala muito utilizada para estudo da qualidade de vida (LIKERT *apud* SOUSA, 2009).

A história da reforma agrária em Sergipe começa antes mesmo da política de assentamentos, registrada em 1985, ocasião em que se inicia o Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Ao considerar a reforma agrária como a distribuição de terras, é importante destacar que em Sergipe essa distribuição se iniciou antes de 1985, por organismos particulares, conforme os relatos de Silva (1995). De acordo com esse autor, a expansão do capitalismo no campo sergipano se manifesta em quase todos os setores da economia, iniciando com a cana-de-açúcar, a pecuária e a citricultura. Como consequências desse processo da implantação do complexo canavieiro, da pecuária e da expansão da citricultura, acentuam-se o aumento do êxodo rural, a proletarização da massa camponesa e os conflitos de terra.

Num panorama geral da reforma agrária em Sergipe, constatou-se que foram implantados 169 assentamentos, beneficiando 8.109 famílias, numa área total de 142.174 ha (Tabela 2). Ao analisar a área média dos lotes, percebeu-se que estes estavam bem abaixo dos valores observados em todos os períodos, em relação ao cenário nacional. Pode-se inferir que essa diferença se deve à grande influência na área média dos PAs criados nas regiões Centro-Oeste e Norte, que são normalmente de grande extensão e, especificamente, na região amazônica, que requer manejo mais agroextrativista.

Se considerar os dados oficiais de distribuição de terras no Estado desde o último governo militar, pode-se observar que foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (dois mandatos) que houve mais assentamentos e mais famílias assentadas em Sergipe.

Tabela 2 - Evolução dos assentamentos de reforma agrária em Sergipe, 1980/2009

Governo/Período		Nº de Assentamento		Nº de Famílias		Área (ha)		Área Média dos Lotes
		%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	
João Figueiredo	1979 a 1984	0,59	1	1,1	89	0,99	1.401	15,74
José Sarney	1985 a 1989	3,55	6	5,81	471	7,38	10.499	22,29
Collor/Itamar	1990 a 1994	5,92	10	5,44	441	3,64	5.174	11,73
F. Henrique	1995 a 1998	25,44	43	34,3	2782	29,54	42.004	15,10
F. Henrique	1999 a 2002	27,22	46	25,68	2083	30,69	43.637	20,95
L. Inácio Lula	2003 a 2006	26,04	44	20,71	1679	17,85	25.372	15,11
L. Inácio Lula	2007 a 2009	11,24	19	6,96	564	9,91	14.086	24,98
Total		100	169	100	8109	100	142.174	17,53

Fonte: INCRA/SIPRA, 2009, organizado por SOUSA, 2009.

No governo João Figueiredo, tem-se 0,59% do total de assentamentos implantados, com 1,10% de famílias e 0,99% de área. Registra-se que o único assentamento implantado foi o Projeto de Assentamento (PA) Santana dos Frades, localizado em Pacatuba, cuja caracterização da luta já foi mencionada.

Já no governo Sarney, com o I PNRA, os assentamentos corresponderam a 3,55%, com 3,81 % de famílias assentadas, numa área de 7,38% do total do período

analisado. Esse crescimento dos assentamentos pode ser explicado pelas ocupações de terra já mencionadas e pelos conflitos relacionados, destacando o PA Barra da Onça e PA Cruiri, o primeiro considerado “a menina dos olhos” do INCRA, por se situar em uma região semiárida, de grande pobreza, em que os assentados tiram o sustento através da pecuária leiteira e agricultura de subsistência, enquanto o último faz parte do “complexo Santana dos Frades”, em Pacatuba.

No governo Collor/Itamar, têm-se 5,92% de assentamentos implantados, com 5,44% de famílias e 3,64% em área, sobre o total do período. Cabe recordar que Collor, cassado em 1992 por um processo de *impeachment*, por causa de um grande esquema de corrupção, era árduo defensor dos interesses e privilégios dos latifundiários, e seu governo foi pautado por um total desmonte do aparato público nesse setor (reforma agrária) e em diversos setores da estrutura administrativa. A realização de assentamentos e a arrecadação de terras se limitaram a concluir os processos iniciados na gestão anterior.

Além disso, em janeiro de 1992 o governo lança seu programa de reforma agrária, denominado “Programa da Terra”, cujo objetivo era cumprir as metas estabelecidas pela Lei 8.173/91 para aquele ano. Para cumprir esse objetivo, o governo pretendia desapropriar 2,9 milhões de hectares de terra, devendo ser ressaltado que 735 mil já estavam disponíveis. O programa previa também destinar créditos através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), aos já assentados e aos pequenos agricultores, via crédito fundiário, assim como meios de assistência técnica aos assentamentos, contudo sem se esquecer do processo de descentralização, envolvendo estados, municípios, universidades e entidades privadas (FUMES; OLIVEIRA, 2009).

O Programa da Terra tinha algumas metas para a implantação de assentamentos, mas, assim como nos governos militares, eram propostas que nunca seriam efetivadas.

Nesse curto período do governo Collor, destaca-se a criação do PA Vitória da União (antiga Fazenda Priapu) em Santa Luzia do Itanhi, região litorânea do Sul do Estado, com um passado envolto nos engenhos de cana-de-açúcar. Posteriormente, esse PA foi estudado por Campos (1999), que analisou as trajetórias individuais e as lutas coletivas dos assentados, do acampamento à formação do assentamento; e por Lopes *et*

al. (2004), que estudaram o desenvolvimento do PA, sua organização produtiva e os impactos socioeconômicos.

Com o vice-presidente Itamar Franco, embora não tenha apresentado nenhum projeto de reforma agrária, regularizaram-se algumas áreas de conflitos, assentando as famílias acampadas. Nesse governo foram criados os PAs Nossa Senhora Santana, Moacir Wanderley e o Caípe (em Pacatuba), Nossa Senhora do Socorro e Nossa Senhora das Dores. Os três processos foram efetivados na modalidade de Compra e Venda, em que se tem a oferta do imóvel por parte do proprietário para o INCRA adquirir, geralmente caracterizado por um processo mais brando e sem conflito.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seu primeiro mandato o percentual de assentamentos, de famílias e de área cresceu significativamente. Nos assentamentos foi verificado um percentual, em relação ao total do período analisado, de 25,44%, seguido de 34,30% para as famílias e de 27,22% para a área. Nesse período, observaram-se os maiores registros de famílias assentadas da história da reforma agrária em Sergipe. Mas esse fato pode corresponder às situações nacionais discutidas anteriormente a respeito dos critérios para a contagem dos assentamentos, que resultaram em contradição desses números.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, os assentamentos representavam 27,22% do total realizado no período de 1979 e 2007, com 25,68% das famílias assentadas e uma área de 30,69%, persistindo ainda a lógica do reconhecimento de área para reforma agrária, como o Projeto Casulo Palmeiras (1999), em Carmópolis; o Projeto Casulo Gov. Augusto Franco (2000), em São Cristovão; o Dandara (2002), em Malhador; a Lagoa Grande (2005), em Nossa Senhora das Dores, entre outros (INCRA/SIPRA, 2009). Um dos grandes problemas que ocorrem a partir desse processo é que nem sempre as áreas reconhecidas ou doadas são adequadas para o número de famílias, ou seja, não apresentam viabilidades técnica e ambiental, trazendo inúmeros conflitos entre os órgãos ambientais, os financiadores da reforma agrária e os próprios movimentos sociais. Ressalta-se, ainda, que essa problemática não é exclusiva desses assentamentos, mas de muitos outros no Estado de Sergipe⁷.

⁷ A esse respeito, Curado e Gomes (2007) mostraram que a criação dos assentamentos rurais tem demonstrado limitações de ordens técnica e metodológica, a exemplo do aumento do número de famílias superior à capacidade de suporte da área, favorecida pela pressão política das formas de organização e de representação de trabalhadores rurais no processo de luta pela terra.

De modo geral, o segundo mandato de FHC foi menos intenso para a reforma agrária em Sergipe que o primeiro. Apenas para ilustrar essa realidade, com relação às metas para 1996, verificou-se que:

A meta prevista para a reforma agrária em Sergipe, de acordo com o levantamento do INCRA, deverá ser desapropriada uma área de 16 mil hectares suficientes para assentar 800 famílias dos trabalhadores rurais Sem-Terra durante o ano de 1996. Para se ter uma ideia, no período de 13 anos (1982 a 1995) foram desapropriados 23.831 hectares beneficiando 1.486 famílias (GAZETA DE SERGIPE, 1996, p. 6).

Após o governo Fernando Henrique, inicia-se o governo Lula, que cultivou a esperança dos movimentos sociais pela reforma agrária. Entretanto, os resultados não foram satisfatórios, sendo inferiores aos obtidos por FHC. No primeiro mandato de Lula, registrou-se em Sergipe a implantação de 26,04% dos assentamentos ocorridos em todo o período analisado, com 20,71% de famílias assentadas e uma área de 17,85%. Se esses dados são considerados inferiores aos de FHC em seus dois mandatos, no segundo mandato de Lula a reforma agrária teve resultados ainda menores até o momento, porém não se espera que isso se reverta em apenas mais um ano de mandato. Com relação aos assentamentos, o percentual foi de 11,24%, seguido de 6,96% de famílias beneficiadas e uma área de 9,91%. Ressalta-se que esses dados se referem, de acordo com os dados do INCRA/SIPRA (2009), a 13 de abril de 2009, ou seja, ainda no terceiro ano do último mandato de Lula.

É importante ressaltar que todo esse panorama apresentado sobre a reforma agrária em Sergipe reflete a realidade do Brasil, em que a conquista de terra via implantação de assentamentos não deve ser considerada apenas como o cumprimento de direitos do cidadão em termos de políticas públicas, mas o resultado conclusivo da organização dos movimentos sociais. Ademais, o acesso à terra ainda não é garantia das demais políticas públicas como crédito e assistência técnica de qualidade que permitam a reprodução social simples e ampliada das famílias assentadas.

6. AS CONDIÇÕES DE MORADIA E DO MICROAMBIENTE FAMILIAR DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Os assentamentos são produtos da luta pela terra e da atuação pontual da política de reforma agrária que, numa correlação de forças e disputa pelo poder dos diversos atores envolvidos, constitui-se em territórios. Nesse sentido, os aspectos citados são alguns dos elementos que dão forma e produzem esse espaço, transformando-o no território, com todas as suas características. Portanto, pretende-se ressaltar que a realidade dos assentamentos é constituída pela articulação de vários elementos, com base nessa perspectiva apresentada. Ou seja, o assentamento não é assim por simplesmente ser, mas porque assim foi possível ser. Portanto, não se pode negar que há predeterminação de como esses assentamentos são, seja por parte do próprio desenho da política pública ou da atuação dos movimentos sociais e demais atores envolvidos. Nesse sentido, buscou-se identificar as condições de moradia e do microambiente familiar, de forma a verificar a sua interface com a Política Nacional de Reforma Agrária.

Faz-se necessário, para a compreensão das condições de moradia e do microambiente de uma família assentada, a compreensão de quais eram essas condições anteriores que, para a maioria, era a sobrevivência em acampamentos, aguardando acesso à terra. Portanto, considera-se importante destacar quais são essas condições de vida no acampamento, de modo geral.

As famílias que lutam pela terra nos acampamentos vivenciam uma realidade que nem sequer pode ser imaginada por muitos, mas que impacta aqueles que a conhecem. Um olhar sobre a forma de acampamento permite a sua compreensão como o lugar da materialização da luta pela terra. É nesse lugar que as famílias constroem seus próprios códigos, suas normas de convívio e suas estratégias de sobrevivência; que constroem sonhos e alimentam esperanças de que um dia a terra prometida há de ser conquistada. Os desafios vivenciados são vários, a exemplo das condições precárias de vida debaixo da lona e dos riscos de acidentes à beira da rodovia.

Nos acampamentos sergipanos, a realidade da luta pela terra se concretiza diuturnamente, chegando, em um caso extremo, a durar 12 anos de espera. Os acampados, à luz dos três poderes, vivem em constante pressão, seja por parte da militância, que deixa sua origem e passa a representar o grupo do “poder” e cobra posturas e atitudes nem sempre compatíveis com as capacidades dos acampados, seja

por parte dos fazendeiros, que através das ameaças constantes pressionam e provocam a desistência de muitos; ora por parte do INCRA, que pelo descaso para com essas famílias acampadas faz da morosidade para as vistorias um mecanismo de opressão do sonho da reforma agrária. Mesmo assim, os acampados sergipanos insistem e persistem na luta pela terra, que se concretiza a partir do acesso à terra via implantação dos assentamentos, em que se inicia uma nova caminhada.

Segundo Leite *et al.* (2004), a fase inicial de chegada ao assentamento é bastante difícil, pois tudo no lote está para fazer, inclusive o local de moradia. Para a compreensão da interface das condições de moradia de uma família assentada com essa política de reforma agrária, torna-se relevante a compreensão de que existem créditos ofertados às famílias assentadas para que deem início às novas atividades. Entre esses créditos ofertados pelo INCRA, agrupados no Crédito Instalação⁸, há as modalidades: crédito de aquisição de material de construção e a recuperação/material de construção, com valores, na época da pesquisa, de R\$15.000,00 e R\$5.000,00, respectivamente. Esse crédito se destina à recuperação das unidades habitacionais nos PAs que, após a constatação por meio de laudo técnico, apresentam a necessidade de reforma e, ou, ampliação, dando-se preferência àqueles que detenham o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), que é concedido às famílias assentadas residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, para auxiliar na construção de suas unidades habitacionais.

Para caracterizar as condições de moradia e do microambiente onde estavam as famílias assentadas, optou-se por identificar a moradia em relação à sua construção e ao destino do lixo e dos dejetos, bem como do acesso à água e à energia elétrica.

Em Sergipe, essas moradias têm, na maioria das vezes, o mesmo estilo e padrão, de acordo com o limite de crédito vigente na época, seguindo-se o modelo de construção proposto pelo setor de infraestrutura do INCRA SR 23/SE. Caso algum assentado esteja capitalizado no momento da construção, ele pode alterar o modelo, desde que respeite a devida localização no lote e, ou, outras orientações apresentadas pelo INCRA.

⁸ Para saber mais, vide: INCRA. **Norma de execução nº 79**, 26/12/2008b; INCRA. **Instrução normativa n. 54**, 22/07/2009.

Ao analisar as condições de moradia das famílias assentadas, verificou-se que a maioria das casas possuía paredes de alvenaria, cobertura de telha cerâmica e cinco ou mais cômodos, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 - Condições de moradia dos assentamentos por região. Sergipe, 2008

Região		Sertão (%)	Agreste (%)	Leste (%)	Sergipe (%)
Paredes	1. Papelão, zinco, palha	-	-	-	-
	2. Pau-a-pique	1,19	-	2,47	1,28
	3. Madeira	1,19	2,86	1,23	1,70
	4. Alvenaria	88,10	97,14	96,30	93,62
	5. Não respondeu	9,52	-	-	3,40
Telhado	1. Palha, zinco, material aproveitável	-	-	-	-
	2. Telha cerâmica	88,10	95,71	97,53	93,62
	3. Laje	-	-	-	-
	4. Laje com madeiramento e telha	-	4,29	2,47	2,12
	5. Não respondeu	11,90	-	-	4,26
Cômodos	1. Somente 1	3,57	-	1,23	1,71
	2. Somente 2	2,38	5,71	-	2,56
	3. Somente 3 ou 4	11,90	20,00	6,17	12,39
	4. Com 5 ou mais	73,82	70,00	87,66	77,78
	5. Não respondeu	8,33	4,29	4,94	5,56

Fonte: Dados de campo (2008), organizados por SOUSA, 2009.

Ao analisar esses dados, pode-se inferir que há pequena, mas significativa, variação no “padrão” de construção. Esse fato pode ser explicado pelo lapso temporal

que havia na data de construção das casas nos assentamentos pesquisados, bem como pela presença de moradias sem o aporte do INCRA, como as casas de filhos de assentados, a exemplo do que aconteceu no PA Cuyabá.

Ao traçar um comparativo desses valores observados com os dados obtidos por Leite *et al.* (2004), percebeu-se que as condições de moradia do assentado sergipano eram semelhantes à média geral das cinco manchas pesquisadas por esses autores, sendo inclusive superior a algumas destas (Sul da Bahia e Sudeste do Pará).

Relatou-se, ainda, a parceria firmada entre o INCRA-SE e a Caixa Econômica Federal (CEF) na construção e reforma de centenas de casas no assentamento, com o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2006).

Em 2007, essa parceria possibilitou a construção de 280 casas para os integrantes do Projeto de Assentamento José Emídio dos Santos, localizado no Município de Capela, em Sergipe. Cada residência custou R\$11.000,00, devendo ser ressaltado que a CEF financiou R\$6.000,00 e o INCRA, os R\$5.000,00 restantes. O valor total do investimento foi de R\$1.680.000,00. Em 2009, conforme notícia veiculada no sítio dessa autarquia sobre o termo de cooperação assinado entre o INCRA-SE e a CEF: “o INCRA vai construir 1.000 casas nesses locais e recuperar outras 250, em parceria com a Caixa Econômica Federal” (INCRA, 2009b, p. 1).

Tabela 4 - O acesso à água e à energia elétrica, por região. Sergipe, 2008

Região		Sertão (%)	Agreste (%)	Leste (%)	Sergipe (%)
Energia	1. Nenhuma	-	-	-	-
	2. Lamparina/lampião	1,19	-	2,44	1,27
	3. Elétrica	92,86	100,00	77,56	96,61
	4. Não respondeu	5,95	-	-	2,12
Acesso à água	1. Carregada	4,44	1,15	1,15	2,27
	2. Poço/cisterna	6,67	13,79	17,24	12,50
	3. Poço com encanamento externo	1,11	3,45	33,33	12,50
	4. Rede geral encanada	86,67	81,61	48,28	72,35
	5. Não respondeu	1,11	-	-	0,38
Armazenamento da Água	1. Latas e baldes	23,60	19,23	32,14	25,10
	2. Poço/cisterna sem cobertura	1,12	3,85	3,57	2,79
	3. Poço/cisterna com cobertura	23,60	14,10	5,95	14,74
	4. Caixa d'água/tanques	40,45	62,82	54,77	52,19
	5. Não respondeu	11,24	-	3,57	5,18

Fonte: Dados de campo (2008), organizados por SOUSA, 2009.

A maioria das moradias possuía energia elétrica, sendo os serviços fornecidos pela Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S. A. Nas regiões do Sertão e Agreste, na maioria das casas a água de consumo provém da rede geral de abastecimento da

Companhia de Abastecimento de Sergipe (DESO). Na região Leste, 48,28% provinha da rede geral e 33,33%, de poço ou cisterna com encanamento externo. Verificou-se também que, em algumas moradias (12,50%), a água de consumo vinha de poço ou cisterna sem encanamento externo e em outras (2,27%) era carregada em baldes e latas, direto de outras fontes de abastecimento, por não possuírem encanamento (Tabela 4).

A água de consumo era armazenada, na maioria das moradias das regiões Agreste e Leste, em caixas d'água ou em tanques e distribuída em torneiras. No caso do Sertão, a maior parte da água era armazenada em caixas e tanques, mas também diretamente em poço ou cisterna com cobertura. Ou seja, a água era encanada diretamente para esse poço ou cisterna. Havia casos, em todas as regiões, em que a água era armazenada sem a devida cobertura de proteção e garantia de sua qualidade, como também em latas e baldes (25,10%), provavelmente naquelas casas onde não havia caixas d'água ou tanque para armazenamento.

Os assentamentos localizados na região do semiárido possuíam o aporte do crédito semiárido, oferecido pelo INCRA, cujo valor atual é de até R\$2.000,00. Segundo a redação do Art. 10, da Norma de Execução nº 79/2008:

A modalidade Semiárido se destina a atender às necessidades de segurança hídrica das famílias, nos PAs localizados nas áreas circunscritas ao Semiárido, reconhecidas pelo IBGE. Essa modalidade se destina a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água, para consumo humano, animal e produtivo, vedada a utilização para equipamentos de transporte, como carro e caminhão-pipa (INCRA, 2008, p. 4).

Normalmente, esse recurso é utilizado na confecção de cisternas ou de barragens coletivas. Em 2005, o Ministério de Integração (MI) assinou uma Portaria que delimita a região do semiárido, integrando mais um aos 28 municípios sergipanos, o de Macambira. Para a nova delimitação do semiárido brasileiro, três critérios técnicos foram tomados por base: 1) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; 2) índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico, que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e 3) risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Dos assentamentos estudados, o PA do Sertão e os PAs Paraíso de São Pedro (Pinhão) e Caípe (Nossa Senhora das Dores), encontravam-se, assim, na região do semiárido.

Com relação ao destino que era dado ao lixo doméstico (Tabela 5), constatou-se que a maior parte das famílias queimava o lixo (66,15%). Nos casos em que o assentamento contava com o serviço de coleta, o lixo era colocado em lata para ser recolhido.

Verificou-se ainda que outras famílias enterravam o lixo (3,89%) ou simplesmente deixavam-no exposto (7%) nas redondezas. Nos últimos dois casos, havia a possibilidade de contaminação do solo e das famílias, ampliando os riscos de verminoses. Carvalho *et al.* (2009) comentaram sobre essa questão:

Normalmente, os lixos são encontrados jogados nos quintais, hortas e arredores das casas ou amontoado nas adjacências da residência. Alguns os jogam em buracos, outros queimam, enquanto outros levam para as margens da rodovia. O lixo orgânico é reaproveitado como complemento para a alimentação das criações como galinhas e suínos. Algumas latas e sacolas recebem uma segunda utilização, até mesmo usos extremos, como a reutilização de galões de óleo diesel para armazenar água para o consumo (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 87).

Tabela 5 - Disposição do lixo e dejetos, por região. Sergipe, 2008

Região		Sertão (%)	Agreste (%)	Leste (%)	Sergipe (%)
Destino do lixo	1. Exposto	6,32	8,22	6,74	7,00
	2. Enterrado	3,16	2,74	5,62	3,89
	3. Queimado.	55,79	87,67	59,55	66,15
	4. Colocado em latas de lixo	33,68	-	26,97	21,79
	5. Não respondeu	1,05	1,37	1,12	1,17

Recolhimento do lixo	1. Nenhum	15,48	100,00	48,15	51,92
	2. Mensal	2,38	-	3,70	2,13
	3. Diário	70,24	-	44,45	40,42
	4. Quinzenal	9,52	-	-	3,40
	5. Não respondeu	2,38	-	3,57	2,13

Continua...

Tabela 5 - Disposição do lixo e dejetos, por região. Sergipe, 2008

Destino do esgoto	1. Exposto	53,77	21,43	38,82	40,22
	2. Córrego/rio	-	-	2,35	0,77
	3. Fossa séptica	24,53	42,86	45,89	36,40
	4. Fossa asséptica	16,04	37,71	9,41	19,16
	5. Rede geral	2,83	-	3,53	2,30
	6. Não respondeu	2,83	-	-	1,15
Instalação Sanitária	1. Sim	84,52	77,14	72,84	78,30
	2. Não	13,10	22,86	27,16	20,85
	3. Não respondeu	2,38	-	-	0,85

Fonte: Dados de campo (2008), organizados por SOUSA, 2009.

Conclusão.

No que se refere ao recolhimento do lixo, a partir dos relatos das famílias constatou-se que apenas no agreste não havia coleta de lixo em nenhum dos assentamentos pesquisados. Nas demais regiões, conforme os dados da Tabela 5,

observou-se uma variação que ia desde a não disponibilidade desse serviço até o seu recolhimento diário.

Com relação ao destino dos dejetos, verificou-se que mais de 40% das famílias assentadas no agreste possuíam fossa séptica. No caso do Sertão, esses dejetos, em sua maioria, eram lançados no solo, nos córregos ou nos rios, sem nenhum tipo de tratamento ou cuidado, sendo ainda parte lançada na fossa asséptica. No Leste, constatou-se que a maior parte das famílias possuía fossa séptica ou simplesmente deixava os dejetos expostos.

O microambiente onde as famílias estavam inseridas dispunha de boas condições de moradia, com acesso à água e à luz, mas era limitado no que se refere à disposição dos dejetos e do lixo que, sem o devido tratamento, podem se tornar foco de contaminação e veículo de doenças para a família, a exemplo das verminoses.

7. O NÍVEL DE SATISFAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM AS CONDIÇÕES ATUAIS DE MORADIA

A compreensão apresentada neste estudo quanto ao nível de satisfação atual de uma família assentada com qualquer domínio ou componente da sua qualidade de vida, a exemplo da moradia, é de que ela está diretamente atrelada às condições anteriores vivenciadas, tanto quanto às expectativas criadas para esse domínio. Assim, a satisfação das famílias assentadas em Sergipe reflete as situações vivenciadas anteriormente em situação de acampamento, bem como o sonho de ter acesso à terra, que inclui, entre outros aspectos, uma moradia de melhor qualidade. Os dados permitiram avaliar melhor essa questão.

Ao analisar os dados da Tabela 6, percebe-se que o nível de satisfação dos assentados era alto em todas as regiões, sendo na mesorregião do Sertão o nível de muito satisfeito superior a 50% nos domicílios visitados. Isso provavelmente esteja ligado ao fato de as condições atuais serem bem melhores que as em que viviam anteriormente e, ainda, de os serviços básicos - energia elétrica - atingirem quase a totalidade dos domicílios, bem como à questão da água encanada.

Tabela 6 - Nível de satisfação com relação à moradia. Sergipe, 2008

		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Mesorregiões	Sertão	2,53	8,86	35,44	53,17
	Agreste	3,95	15,79	43,42	36,84
	Leste	5,88	10,29	48,54	35,29
Estado	Sergipe	3,59	12,56	37,67	46,18

Fonte: Dados de campo (2008), organizados por SOUSA, 2009.

A região do Sertão também era a mais bem assistida em instalações sanitárias, contudo o destino dos dejetos, na grande maioria dos domicílios, não apresentava o destino mais adequado. Contudo, isso parece não ter influenciado nas respostas dos entrevistados, o que possivelmente tenha sido em razão de os moradores não considerarem os riscos para a saúde relacionados com o mau destino dos dejetos.

A mesorregião do Agreste era onde se encontravam os maiores índices de insatisfação e os menores índices de satisfação. Possivelmente, os índices de insatisfação estavam relacionados às expectativas que o grupo tinha e por acreditar que ainda havia muito por se fazer. É preciso ainda destacar que nessa região se encontravam os piores índices com relação aos serviços básicos, como abastecimento de água, coleta de lixo e destino dos dejetos, uma vez que o destino inadequado dos dejetos era responsável por número considerável de verminoses e doenças que atingem principalmente as crianças.

A mesorregião do Leste apresentava níveis de satisfação bem parecidos com os do agreste, contudo o nível de satisfação era maior que o do agreste, não obstante não mostrassem diferenças significativas.

Em todas as regiões do Estado do Sergipe, verificou-se que os níveis de satisfeito e muito satisfeito quando acumulados apresentavam mais de 80% dos domicílios (Tabela 7), o que sinaliza que as condições dos assentados eram boas ou, pelo menos, melhores se comparadas com a situação anterior.

Tabela 7 - Nível de satisfação acumulado com relação à moradia. Sergipe, 2008

		Muito Insatisfeito e Insatisfeito	Satisfeito e Muito Satisfeito
Mesorregiões	Sertão	11,39	88,61
	Agreste	19,74	80,26
	Leste	16,17	83,83
Estado	Sergipe	16,15	83,85

Fonte: Dados de campo (2008), organizados por SOUSA, 2009.

A maioria dos domicílios possuía paredes de alvenaria, telhados de zinco, sendo o abastecimento de energia elétrica quase totalidade, assim como o abastecimento de água. As condições de moradia dos assentados e os serviços prestados refletiam na saúde, na autoestima e, por sua vez, incidiam numa melhor qualidade de vida nesses lares. A casa é o lugar do indivíduo no mundo e deve refletir seus moradores, bem como sua história. Por sua vez, se a moradia atende aos seus moradores, ela influenciará no seu nível de satisfação com a vida.

8. ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao analisar as condições de moradia e do microambiente familiar, bem como o nível de satisfação das famílias assentadas, percebeu-se que esses aspectos estão diretamente atrelados à Política Nacional de Reforma Agrária.

Inicialmente, o fato de essas famílias assentadas serem oriundas da luta pela terra, muitas vezes acampadas em situação de extremo risco e vulnerabilidade debaixo de lonas e à beira das estradas, sem acesso à água, luz elétrica ou fossa séptica, faz que o acesso à moradia atual seja caracterizada de forma positiva. Ou seja, a situação anterior de moradia poderia ser bem pior do que a vivenciada.

Anteriormente, as condições de moradia dos assentamentos eram precárias, não tendo acesso à energia elétrica e à água potável. Já no que se refere às condições atuais de moradia, elas eram satisfatórias, com acesso à água e à luz, mas era limitado no que se refere à disposição dos dejetos e do lixo. Por esse mesmo motivo, pode-se explicar o nível de satisfação das famílias com relação às condições atuais de moradia.

Numa análise crítica do quadro observado, pode-se inferir que os domicílios apresentavam parcialmente boas condições de habitabilidade. Estruturalmente, os domicílios apresentavam segurança e conforto, cobertura de energia elétrica e abastecimento de água, porém os índices relacionados à coleta de lixo e saneamento básico eram baixos, no entanto esses índices precisavam ser melhorados em nível nacional, não sendo somente um problema dos assentamentos.

Nesse contexto e diante dos resultados, considera-se que a reforma agrária enquanto Política Pública, apesar de não ter como objetivo específico a questão da moradia, apresenta uma interface positiva nesse aspecto. Isso porque, através do crédito específico para a construção das moradias, proporciona às famílias as condições que atendem às suas necessidades, tendo em vista o nível de satisfação apresentado.

Os resultados revelaram que a luta pela terra tem sido o motor propulsor para a realização da reforma agrária em Sergipe. Ela não desconcentrou a terra, mas provocou a sua minifundiarização, devido à distribuição de lotes que comprometiam a viabilidade dos assentamentos. As famílias assentadas estavam satisfeitas com a qualidade de vida atual, comparada à vida anterior à reforma agrária. Entretanto, as limitações eram percebidas, o que indica que a reforma agrária ainda não foi capaz de atender à demanda por terra, sendo necessário investir na qualidade de vida dos assentamentos, via promoção da autonomia dos assentados, relações de forças e disputa pelo poder. Enfim, a reforma agrária em Sergipe é um problema político, e é justamente por isso que caminha a passos lentos. Caso fosse uma política pública, cujos processos de avaliação e monitoramento contínuo proporcionassem os relacionamentos necessários à sua eficiência e eficácia, certamente a questão agrária não configuraria problema para os brasileiros que depositam nessa política o acesso à propriedade e à habitação.

9. REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. C. As trajetórias individuais e as lutas coletivas dos assentados de Vitória da União. **Revista Candeeiro**, São Cristóvão, Adufs, v. 2, p. 39-44, 1999.

CARVALHO, R. M. M. A. *et al.* Estudo das relações dos atores sociais no complexo industrial florestal de Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 33, n. 2, p. 359-366, 2009.

CURADO, F. F.; GOMES, L. J. **Dimensão socioambiental em assentamentos rurais**. Disponível em: <<http://www.nordesterural.com.br>>. Acesso em: 20 Jun. 2007.

FUMES, R. C. P.; OLIVEIRA, L. R. de O. O MST na era Collor. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: USP, 2009. p. 1-24.

GAZETA DE SERGIPE, **Metas**, Aracaju, n. 11.201, p. 33; 8.5, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Sistema de informações sobre projetos de reforma agrária – SIPRA**. [S.l.: s.n.], 2007.

____. **Norma de Execução nº 79**. [S.l.: s.n.], 26.12. 2008.

____. **Sistema de informações sobre projetos de reforma agrária – SIPRA**. [S.l. : s.n.], 2009a.

____. Convênio garante assentamento de 1.400 famílias em Sergipe. **Informativo INCRA**, v. 4, n. 131, 07. 09. 2009b.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 1. ed. São Paulo, SP: UNESP, 2004. 392 p.

LOPES, E. *et al.* Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro, RJ: MAUAD, 2004. p. 229-270.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI. **Portaria nº 89, de 18 de março de 2005**. Atualiza a relação dos municípios pertencentes à região semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. [S.l. : s.n.], 2005.

MINISTÉRIO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF: NEAD/MDA, 2003. 38 p.

SILVA, R. M. da. **Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe: 1945-1992**. Aracaju, SE: SAGRI, 1995. 66 p.

SOUSA, J. M. M. de. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE, 2009.

